



Simulado Final

SEFAZ MG

Tributação

Pós-Edital



Simulado

Simulado Final SEFAZ-MG (Tributação) - Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso SEFAZ-MG (Tributação);
- 2 - A prova contém **130 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 4 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo e na última página deste PDF;
- 5 - Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-MG-Tributacao-02-01>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 27 - ABCDE | 53 - ABCDE | 79 - ABCDE | 105 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 28 - ABCDE | 54 - ABCDE | 80 - ABCDE | 106 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 29 - ABCDE | 55 - ABCDE | 81 - ABCDE | 107 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 30 - ABCDE | 56 - ABCDE | 82 - ABCDE | 108 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 31 - ABCDE | 57 - ABCDE | 83 - ABCDE | 109 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 32 - ABCDE | 58 - ABCDE | 84 - ABCDE | 110 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 33 - ABCDE | 59 - ABCDE | 85 - ABCDE | 111 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 34 - ABCDE | 60 - ABCDE | 86 - ABCDE | 112 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 35 - ABCDE | 61 - ABCDE | 87 - ABCDE | 113 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 36 - ABCDE | 62 - ABCDE | 88 - ABCDE | 114 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 37 - ABCDE | 63 - ABCDE | 89 - ABCDE | 115 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 38 - ABCDE | 64 - ABCDE | 90 - ABCDE | 116 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 39 - ABCDE | 65 - ABCDE | 91 - ABCDE | 117 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 40 - ABCDE | 66 - ABCDE | 92 - ABCDE | 118 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 41 - ABCDE | 67 - ABCDE | 93 - ABCDE | 119 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 42 - ABCDE | 68 - ABCDE | 94 - ABCDE | 120 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 43 - ABCDE | 69 - ABCDE | 95 - ABCDE | 121 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 44 - ABCDE | 70 - ABCDE | 96 - ABCDE | 122 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 45 - ABCDE | 71 - ABCDE | 97 - ABCDE | 123 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 46 - ABCDE | 72 - ABCDE | 98 - ABCDE | 124 - ABCDE |
| 21 - ABCDE | 47 - ABCDE | 73 - ABCDE | 99 - ABCDE | 125 - ABCDE |
| 22 - ABCDE | 48 - ABCDE | 74 - ABCDE | 100 - ABCDE | 126 - ABCDE |
| 23 - ABCDE | 49 - ABCDE | 75 - ABCDE | 101 - ABCDE | 127 - ABCDE |
| 24 - ABCDE | 50 - ABCDE | 76 - ABCDE | 102 - ABCDE | 128 - ABCDE |
| 25 - ABCDE | 51 - ABCDE | 77 - ABCDE | 103 - ABCDE | 129 - ABCDE |
| 26 - ABCDE | 52 - ABCDE | 78 - ABCDE | 104 - ABCDE | 130 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Lucas

TEXTO 1**O que é uma falácia?**

Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente inconsistente, sem fundamento, inválido ou falho na capacidade de provar eficazmente o que alega. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

01. Sobre esse texto, é correto afirmar que:

- a) a expressão inicial “na lógica e na retórica” mostra a tentativa argumentativa de detalhar o conceito de retórica;
- b) o termo “mas” corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
- c) o segundo período do texto confirma a ideia inicial do texto, ampliando as informações já fornecidas;
- d) o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
- e) as informações finais do texto refutam as fornecidas no primeiro período.

02. Uma inferência válida a partir do texto é que:

- a) lógica e retórica são noções diferentes
- b) a lógica tolera mais argumentos falsos
- c) a retórica é uma argumentação falsa
- d) a persuasão depende de falácias
- e) argumentos inconsistentes são mais convincentes

03. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

No período acima, a ênfase recai sobre a informação de que:

- a) argumentos são convincentes apesar da sua falsidade
- b) argumentos falaciosos convincentes não deixam de ser falsos
- c) argumentos destinados à persuasão podem parecer convincentes
- d) argumentos que não se destinam à persuasão podem ser verdadeiros
- e) grande parte do público quer argumentos convincentes

04. O texto acima se caracteriza como

- a) uma definição conceitual
- b) uma exposição de motivos
- c) uma sequência lógica
- d) uma narração de conceitos
- e) uma descrição de raciocínios

TEXTO 2

O texto a seguir expande as considerações sobre o tema “falácias”. Analise-o e responda às questões abaixo.

Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.

É importante observar que o simples fato de alguém cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação. Ninguém pode dizer: “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”. A falácia invalida imediatamente o argumento no qual ela ocorre, o que significa que só esse argumento específico será descartado da argumentação, mas pode haver outros argumentos que tenham sucesso. Por exemplo, se alguém diz: “O fogo é quente e sei disso por dois motivos: 1. ele é vermelho; e 2. medi sua temperatura com um termômetro”.

Nesse exemplo, foi de fato comprovado que o fogo é quente por meio da premissa 2. A premissa 1 deve ser descartada como falaciosa, mas a argumentação não está de todo destruída.

05. Pelo raciocínio acima disposto,

- a) a conclusão sobre o fogo é falaciosa
- b) a temperatura do fogo não prova que ele é vermelho
- c) o fogo não é vermelho de fato, mesmo sendo quente
- d) não é possível saber a temperatura pelo termômetro
- e) ser vermelho não comprova nem refuta ser quente

06. O texto acima identifica um exemplo de falácia, em seu sentido mais amplo de “raciocínio logicamente inconsistente” usado para soar convincente, mesmo sendo falso; assinale o trecho em que se encontra:

- a) Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade

lógica.

- b) “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”
- c) cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação
- d) pode haver outros argumentos que tenham sucesso
- e) a argumentação não está de todo destruída

07. “Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.”

Do primeiro parágrafo é possível concluir que

- a) reconhecer as falácias por vezes não é difícil
- b) argumentos falaciosos são sempre íntimos
- c) é difícil reconhecer as próprias falácias
- d) é difícil reconhecer as falácias alheias
- e) é fácil reconhecer as falácias alheias

08. “pode haver outros argumentos que tenham sucesso”

Sobre o segmento acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) verifica-se uma ideia de restrição
- b) ocorrem apenas duas orações no segmento
- c) a primeira oração não traz sujeito
- d) “outros argumentos” é complemento do verbo “haver”
- e) “outros argumentos” é sujeito posposto do verbo “poder”

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

09. Um coach do Estratégia Concursos elaborou 10 questões diferentes para um simulado, das quais 2 são fáceis, 5 são de dificuldade média, e 3 são difíceis. Em um primeiro momento, o coach está na fase de montagem do simulado. O objetivo da montagem da provado simulado é a ordem segundo a qual as 10 questões serão organizadas para os alunos. O coach estabeleceu o seguinte critério de distribuição das dificuldades das questões, para ser seguido na montagem da prova:

Questão	Dificuldade
1	Fácil
2	Fácil
3	Média
4	Média
5	Média
6	Média
7	Média
8	Difícil
9	Difícil
10	Difícil

De quantas formas diferentes o simulado pode ser montado pelo coach segundo os critérios acima?

- a) 2880
- b) 288
- c) 1440
- d) 720
- e) 360

10. Na empresa NOSFERATU, uma das atribuições da supervisora de vendas é o oferecimento do produto Stradivarius aos seus clientes. A probabilidade de a supervisora efetuar a venda do produto Stradivarius em cada reunião com um cliente é 0,40. Em 20% dos dias de trabalho, essa supervisora não se reúne com nenhum cliente; em

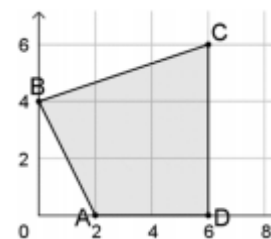
30% dos dias de trabalho, ela se reúne com apenas 1 cliente; e em 50% dos dias de trabalho, ela se reúne, separadamente, com exatos 2 clientes.

Em um determinado dia de trabalho, a probabilidade de essa supervisora efetuar pelo menos uma venda presencial do produto Stradivarius é

- a) 36%
- b) 44%
- c) 25%
- d) 56%
- e) 64%

Situação Hipotética:

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, onde cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões 11 e 12.

11. Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- a) 20
- b) 25
- c) $20\sqrt{13}$
- d) $25\sqrt{13}$
- e) zero

12. A área do estande de tiro é igual a:

- a) 10.000 m²
- b) 10.200 m²
- c) 10.400 m²
- d) 10.600 m²
- e) 10.800 m²

13. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

14. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.

d) Junior é pintor e César não é matemático.

e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

15. No Brasil, entendemos como final de semana o período da semana que compreende o sábado e o domingo. Em determinado ano, para que o mês de setembro, que é composto por 30 dias, tenha 5 finais de semana completos, o dia 7 de setembro deverá cair em

- a) um sábado.
- b) uma sexta-feira.
- c) uma quinta-feira.
- d) uma quarta-feira.
- e) uma segunda-feira

16. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passou de moto
- d) em todos os domingos fez sol e Renata passou de moto.
- e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passou de moto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Duad

17. Segundo prevê a Lei Estadual 14.184/2002, que rege o processo administrativo no Estado de Minas Gerais, é correto afirmar que:

- a) As regras atinentes à suspensão e interrupção dos prazos processuais previstas na Lei Estadual 14.184/2002 aplicam-se integralmente ao processo administrativo tributário.
- b) terá prioridade de tramitação o processo em que pessoa idosa figure como parte, sendo que seu falecimento cessa o regime de tramitação prioritária.
- c) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial para anulação de ato administrativo será contado da percepção do último pagamento.
- d) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo será iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico que possa decidir.
- e) A revisão do processo administrativo sujeita-se a prazo preclusivo de 5 anos.

18. Sabe-se que uma das características essenciais de uma parceria público-privada (PPP) consiste no pagamento de remuneração pelo parceiro público, as quais poderão ser objeto de garantia. Assinale, abaixo, a alternativa que NÃO menciona modalidade de garantia das obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em uma PPP:

- a) vinculação de receitas.
- b) utilização de fundos especiais previstos em lei.
- c) garantia prestada por instituições financeiras desde que não sejam controladas pelo Poder Público.
- d) garantias prestadas por fundo garantidor.
- e) contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público.

19. Assinale, à luz do que prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, hipótese em que o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado NÃO necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular:

- a) nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei, como ocorre nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- b) nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente .
- c) em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência de dados.
- d) na transferência dos dados que objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades.
- e) na hipótese de o controlador e o operador manterem registro das operações de tratamento de dados pessoais baseado no legítimo interesse.

20. Acerca da aplicação das regras da Lei 14.230/2021, que alterou substancialmente o texto da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), à luz dos entendimentos do Supremo Tribunal Federal é INCORRETO afirmar que:

- a) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 é irretroativa, em razão da proteção constitucional à coisa julgada, não alcançando as condenações já transitadas em julgado, nem tampouco o processo de execução das penas e seus incidentes.
- b) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, desde que sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente promover o arquivamento dos mencionados processos, dispensando-se qualquer análise de eventual dolo por parte do agente.
- c) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo.
- d) Os novos marcos temporais, alusivos à prescrição, aplicam-se a partir da publicação da Lei 14.230/2021.
- e) Existe legitimidade ativa concorrente entre o ministério público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa.

21. João, jornalista, foi ferido pelo policial militar José, do Estado Alfa, durante cobertura jornalística que realizava a respeito de manifestações contrárias ao governo recém-eleito. O ferimento, ocorrido durante tumulto entre policiais e manifestantes, causou danos patrimoniais e estéticos a João.

A respeito desta situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STF, é correto afirmar que a responsabilidade é

- a) subjetiva do Estado Alfa, devendo-se comprovar a imprudência na atuação do agente policial.
- b) objetiva do Estado Alfa, sendo que João poderá cobrar a indenização diretamente do Estado ou de José.

- c) exclusiva do veículo de imprensa, empregador de João, não cabendo a arguição da responsabilidade estatal.
- d) objetiva do Estado Alfa, cabendo excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, caso se demonstre que João descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.
- e) objetiva do Estado Alfa, não cabendo excludentes ou atenuantes da responsabilidade estatal, dada a incidência da teoria do risco social.

22. No bojo de um recurso administrativo, Pedro, autoridade constituída no Estado Beta, está reapreciando ato administrativo discricionário praticado por Marino, que lhe é subordinado. Nesta situação, é correto afirmar que:

- a) a reapreciação do ato administrativo pode ser delegada por Pedro a outro agente público.
- b) o ato praticado por Marino poderia ser convalidado por Pedro ao se identificar que foi praticado mediante desvio de poder.
- c) o ato não poderá ser revogado por Marino, por razões de conveniência e oportunidade, em virtude de encontrar-se sob reapreciação de autoridade superior.
- d) Pedro deverá se declarar suspeito se possuir interesse indireto na matéria.
- e) o ato praticado por Marino poderá ser cassado por Pedro, no caso de norma superveniente tornando insustentável a situação jurídica sob a qual fora editado.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

23. Renata tomou posse como servidora efetiva da Secretaria de Estado da Fazenda. Contudo, de maneira injustificada não entra em exercício dentro do prazo previsto em lei. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, Renata.

- a) Será exonerada, pois não entrou em exercício nos 60 dias previstos pelo Estatuto.
- b) Será demitida, pois não tomou posse nos 15 dias previstos pelo Estatuto.
- c) O ato de nomeação será tornado sem efeito, pois entrou em exercício nos 15 dias previstos pelo Estatuto, bem como não pediu a prorrogação do prazo mediante solicitação escrita e fundamentada a juízo da autoridade competente.
- d) O ato de nomeação será tornado sem efeito, pois não tomou posse nos 15 dias previstos pelo Estatuto.
- e) Será demitida, visto que já foi investido regularmente no cargo público.

24. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, o servidor que recusar a se submeter à inspeção médica quando necessária, será:

- a) suspenso.
- b) demitido.
- c) advertido.
- d) repreendido.
- e) destituído de função comissionada.

25. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, não constitui penalidade a ser aplicada aos servidores:

- a) Destituição de função.
- b) advertência.
- c) demissão a bem do serviço público.
- d) suspensão.
- e) repreensão.

26. Conforme previsto na Lei 869/52, no caso de suspensão de 01 a 30 dias do servidor, o servidor poder requerer reabilitação administrativa:

- a) em cinco anos.
- b) em dois anos.
- c) em um ano.
- d) em três anos.
- e) em cento e oitenta dias.

27. Patrícia, servidora pública do Estado de Minas Gerais, está profundamente abalada pela morte do seu marido Adalberto. Em razão disso, Patrícia poderá afastar-se do serviço pelo prazo de:

- a) até cinco dias.
- b) até quatro dias.
- c) até oito dias.
- d) até dez dias.
- e) até quinze dias.

28. De acordo com o Código de Ética Pública do Estado de Minas Gerais (Decreto nº 46.644/2014), a conduta do agente público integrante da Administração Pública do Poder Executivo Estadual deve reger-se por princípios. Dessa forma, não constitui princípio ético previsto no Código de Ética.

- a) transparência.
 - b) cortesia.
 - c) presteza e tempestividade.
 - d) lealdade absoluta às instituições.
 - e) eficiência.
-

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

29. Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- d) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de licença dos órgãos de controle.
- e) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização prévia do poder público.

30. No que se refere ao art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Aplica-se aos brasileiros e não se aplica aos estrangeiros.
- b) Trata dos direitos sociais do trabalhador.
- c) Assegura às empresas brasileiras vantagens competitivas.
- d) Organiza a administração do Estado.
- e) Trata dos direitos e dos deveres individuais e coletivos.

31. Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de

- a) 30 empregados.
- b) 50 empregados.
- c) 100 empregados.
- d) 200 empregados.
- e) 500 empregados.

32. Ao disciplinar a organização político-administrativa da federação brasileira, a Constituição Federal estabelece que legislar sobre propaganda comercial é:

- a) uma competência comum entre União, Estados, DF e Municípios.
- b) uma competência exclusiva da União.
- c) uma competência concorrente entre União, Estado e DF.
- d) uma competência privativa da União.
- e) uma competência de interesse local a cargo do Município.

33. De acordo com as disposições constitucionais sobre a Administração Pública, o servidor efetivo investido no mandato de Prefeito.

- a) não poderá optar pela remuneração e será afastado do cargo.
- b) será afastado do cargo, mas poderá optar pela remuneração.
- c) havendo compatibilidade de horários, exercerá o mandato cumulativamente ao cargo público.
- d) será exonerado de suas funções.
- e) será afastado do cargo e perceberá o subsídio de Prefeito, necessariamente.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torres

34. São características dos Direitos Humanos, exceto uma:

- a) Universalidade
- b) Disponibilidade
- c) Indivisibilidade
- d) Interdependência
- e) Complementariedade

35. Em relação os Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em relação aos fundamentos da concepção ideológica dos Direitos Humanos prevalece a doutrina positivista.
- b) Uma parte da doutrina divide os direitos humanos em gerações, sendo os de primeira geração ligados aos direitos civis e políticos.
- c) Os direitos humanos de segunda geração estão ligados ao aspecto da igualdade.
- d) Segundo a doutrina, os direitos humanos são os direitos do homem reconhecidos no âmbito internacional, enquanto os direitos fundamentais são os direitos do homem reconhecidos no âmbito interno, especialmente na Constituição Federal.
- e) Uma das características dos direitos humanos elencadas pela doutrina é a universalidade.

36. Acerca dos Direitos Humanos na CF/88, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos crimes contra os direitos humanos, o incidente de deslocamento de competência deve ser impetrado pelo Procurador-Geral da República no STF.
- b) A ratificação de tratados internacionais de direitos humanos na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, implica a recepção do

respectivo tratado com status de emenda constitucional.

- c) A dignidade da pessoa humana é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- d) Os tratados de Direitos Humanos são celebrados pelo Congresso Nacional.
- e) A iniciativa da celebração de tratados é competência do Procurador-Geral da República.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

37. João, viúvo, é pai de André, um adolescente com 16 anos de idade, um conhecido influenciador de redes sociais. Embora suas redes contem com milhões de seguidores, André ainda não conquistou independência financeira, vivendo às custas do pai. Recentemente, André foi procurado por um empresa varejista interessada em firmar contrato de divulgação de marca pelo valor de R\$ 400 mil.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) André só poderá firmar o contrato com a empresa varejista se João vier a emancipá-lo.
- b) A emancipação de André exige instrumento público homologado judicialmente.
- c) Por ser órfão de mãe, André não poderá ser emancipado por João.
- d) André poderá firmar o contrato com a empresa varejista representado por seu pai, João.
- e) Caso André venha a firmar o contrato desacompanhado do pai, haverá anulabilidade.

38. A fim de reformar o telhado de sua casa, Pedro retirou algumas telhas objetivando recolocá-las de volta após a reforma acabar. Nesse ínterim, cedeu a casa em usufruto a Maria. Maria, por sua vez, instalou na casa uma fonte de energia solar. Pouco tempo depois, Pedro veio a falecer, tendo a casa sido objeto de sucessão hereditária aberta em favor de seu filho, Luciano.

Com relação a essa situação hipotética, são bens IMÓVEIS:

- a) A casa, somente.
- b) A casa, as telhas, a fonte de energia solar e o usufruto, somente.
- c) A casa, as telhas, o usufruto e o direito à sucessão aberta, somente.
- d) A casa e o direito à sucessão aberta, somente.
- e) A casa e o usufruto, somente.

39. Mario é pai de Priscila, uma menina que atualmente conta com 10 anos de idade. Em 2018, Mario foi condenado a pagar alimentos em favor de Priscila, mas até hoje, não adimpliu o valor de qualquer pensão. Inconformada, a mãe de Priscila constituiu um advogado para reclamar a execução das pensões em atraso.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional relativo ao pensionamento alimentar é de 3 anos.
- b) Não corre prescrição contra Priscila, por se tratar de pessoa absolutamente incapaz.
- c) O prazo prescricional somente começará a correr para Priscila quando ela completar 16 anos, idade em que cessa a incapacidade absoluta.
- d) A relação paterno-filial interrompe a contagem da prescrição.
- e) O poder familiar não constitui óbice à contagem da prescrição.

40. Cintia vendeu a Roberta uma mobília infestada de cupins, omitindo a informação no ato da venda. Transcorridos 80 dias após a entrega da mobília, Roberta constatou a presença da primeira erupção surgida na parte superior da mobília. Inconformada, contactou Cintia e comunicou-lhe o ocorrido.

Com relação a essa situação hipotética, e de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade de Cintia limita-se à restituição do valor recebido mais as despesas do contrato.
- b) Roberta nada poderá fazer, porquanto já transcorrido o prazo decadencial para ingressar com a ação.
- c) Roberta terá 30 dias, a contar da descoberta, para ajuizar demanda contra Cintia.
- d) Roberta terá 1 ano, a contar da descoberta, para ajuizar demanda contra Cintia.
- e) Roberta poderá optar por uma dentre essas três ações: ação redibitória, ação *quantum minoris* ou ação de substituição do produto.

41. Antônio foi atingido por um vaso enquanto passeava por uma rua situada em frente ao Edifício Clareira dos Bosques, sofrendo um traumatismo craniano com uma enorme cicatriz na cabeça. Durante os três meses em que permaneceu se recuperando no hospital, Antônio foi privado dos ganhos que obtinha como motorista de aplicativo.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Pela teoria da causalidade alternativa, não sendo possível identificar de qual apartamento caiu o vaso, o responsável será o condomínio.
- b) Se o condomínio for responsabilizado e, posteriormente, conseguir identificar o morador do apartamento de onde o vaso caiu, não poderá mover ação regressiva contra este.
- c) Se o apartamento de onde o vaso caiu estiver alugado, deverão responder solidariamente o proprietário e o inquilino.
- d) A responsabilidade pelo acidente sofrido por Antônio tem natureza subjetiva, exigindo o pressuposto da culpa para que possa se configurar.
- e) Antônio poderá pleitear danos materiais, referentes às despesas hospitalares e aos lucros cessantes, e danos morais, mas não danos estéticos, os quais se incluem no pedido de danos morais.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carilho

42. Os dentistas André, Carla e Pedro pretendem constituir sociedade simples para o exercício da profissão intelectual. Em relação às sociedades simples podemos afirmar que:

- a) A sociedade simples pode se organizar em forma de sociedade limitada, em sociedade em nome coletivo, em sociedade em comandita simples ou simples pura.

- b) A sociedade simples pode se organizar sob a forma de qualquer um dos tipos de sociedade empresarial.
- c) A sociedade simples pode se organizar em forma de sociedade limitada, tão somente.
- d) A sociedade simples pode se organizar em forma de sociedade anônima, dentre outras.
- e) A sociedade simples pode se organizar em forma de sociedade em comandita por ações.

43. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Com base nas prescrições legais acerca do referido tipo societário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sociedade limitada não pode ser constituída por uma pessoa.
- II. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado.
- III. O sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Entre as alternativas de resposta apresentadas, está(ão) correta(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

44. As sociedades podem ser classificadas, quanto ao objeto desenvolvido, em sociedades simples e sociedades empresárias. Em regra, a sociedade empresária é aquela que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Já as sociedades simples são as que não se enquadram nos requisitos de empresário exigidos pela lei. Considerando essa classificação, é correto afirmar que:

- a) A Sociedade em Comandita por Ações pode ser simples ou empresária.
- b) A Sociedade Limitada é, necessariamente, simples.
- c) A Cooperativa é, necessariamente, empresária.
- d) A Sociedade em Nome Coletivo pode ser simples ou empresária.
- e) A Sociedade Anônima poder ser classificada como simples ou empresária.

45. O Código Civil classificou alguns tipos societários em sociedades não personificadas e sociedade personificadas. Considerando que existem sociedades que não possuem personalidade jurídica, assinale-a.

- a) Sociedade em nome coletivo.
- b) Sociedade em conta de participação.
- c) Sociedade Anônima.
- d) Sociedade em comandita simples.
- e) Sociedade em comandita por ações.

46. O conceito de sociedade deve satisfazer alguns requisitos para sua composição. Assinale a alternativa que não contempla uma característica indispensável ao conceito de sociedade.

- a) Personalidade Jurídica.
- b) Contrato Social em sentido amplo.
- c) Formação do capital social.
- d) Participação no resultado.
- e) *Affectio Societatis*.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

47. No que diz respeito à aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Praticado um fato que, posteriormente, a lei defina como crime, o seu autor pode ser punido se ainda não tiver ocorrido a prescrição.
- b) O princípio da legalidade preceitua que não crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.
- c) Se o autor de um fato está respondendo a processo por contravenção penal e, posteriormente, a lei venha a definir esse fato como crime, a denúncia não poderá ser aditada para que o agente responda de acordo com a nova classificação.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- e) Se uma lei nova deixar de incriminar certa conduta, antes definida como crime, o réu não continuará a responder ao processo, porque a lei benéfica retroagirá para alcançar fatos anteriores.

48. A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) O juiz pode aplicar o perdão, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuir, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- e) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

49. De acordo com a teoria do crime, é correto afirmar:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) o arrependimento eficaz é causa de diminuição de pena.
- c) para que surtam os efeitos previstos no art. 15 do CP, tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz devem ser voluntários e espontâneos.

d) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço à metade.

e) No arrependimento posterior, se a reparação do dano ocorre até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

50. Joaquim adulterou, em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, a data de início de seu trabalho na empresa TIKTIK, com a finalidade de conseguir antecipar sua aposentadoria junto ao INSS. Nesse caso, Joaquim cometeu, em tese, o crime de:

- a) crime de falsificação de documento particular.
- b) crime de falsificação de documento público.
- c) atípica porque ainda não pleiteou a aposentadoria junto ao INSS.
- d) crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.
- e) crime de uso de documento falso.

51. Carlos Augusto alterou, em parte, testamento particular. Nesse caso, Carlos Augusto cometeu o crime de

- a) falsificação de selo ou sinal público.
- b) falsificação de documento particular.
- c) falsidade ideológica.
- d) favorecimento pessoal.
- e) falsificação de documento público.

52. Joana Angélica, é tesoureira de órgão público e agindo em concurso com Teresa Cristina e em proveito desta, que não é funcionária pública, mas que sabe que Joana Angélica o é, desvia certa quantia em dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo. Nesse caso é correta afirmar que:

- a) Teresa Cristina não responde por crime nenhum, já que foi Joana Angélica quem desviou o dinheiro.
- b) Teresa Cristina responde por apropriação indébita, e caso Joana Angélica restitua o bem antes do trânsito em julgado, será causa extintiva da punibilidade.
- c) Joana Angélica e Teresa Cristina cometeram o crime de peculato, e caso haja a restituição do bem depois do trânsito em julgado, poderão ter a pena diminuída.
- d) Joana Angélica e Teresa Cristina respondem pelo crime de peculato.
- e) Joana Angélica responde por peculato e Teresa Cristina por apropriação indébita.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

53. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Tributos são obrigações que possuem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.

- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

54. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

55. A Igreja Batista de Belo Horizonte alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

56. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas mínimas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.
- III-) É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II.

57. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

58. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação pelo ICMS.

II-) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.

III-) incide imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

59. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

60. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

III-) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

61. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

62. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

63. Uma sociedade empresária iniciou o ano de X0 com folha de pagamento de R\$ 60.000. Em fevereiro de X0, a sociedade empresária aumentou o salário de seus empregados em 10%, de modo que a folha de pagamento passou a ser de R\$ 66.000. Assinale a opção que indica o valor contabilizado como “Despesa com 13º salário”, nos meses de janeiro, fevereiro e março de X0.

- a) R\$ 5.000; R\$ 5.500; R\$ 5.500
- b) R\$ 5.000; R\$ 6.000; R\$ 5.500
- c) R\$ 5.500; R\$ 5.500; R\$ 6.000
- d) R\$ 5.500; R\$ 5.500; R\$ 5.500
- e) R\$ 5.000; R\$ 6.000; R\$ 6.000

64. Considerando o processo e os critérios de reconhecimento e desreconhecimento, além de outras conceituações existentes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial e na demonstração do valor adicionado de item que não atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis.

() Reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.

() Somente itens que atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial. De igual forma, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

() Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) F, V, F, V.
- e) V, V, V, V.

65. Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

66. Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto C, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- a) R\$ 60,00
- b) R\$ 68,00
- c) R\$ 90,00
- d) R\$ 102,00
- e) R\$ 150,00

67. Diversos aspectos de legislação e normativos tributários estão presentes no cotidiano daqueles que militam na área contábil. É necessário que o contador entenda os conceitos de fato gerador, bases de cálculo e alíquotas dos tributos incidentes sobre as diversas operações efetuadas pelas entidades. Nesse sentido, analise as contas contábeis de resultado demonstradas a seguir, extraídas do balancete de verificação de uma determinada Cia. (empresa do ramo industrial) em 31/12/2021.

PIS / COFINS sobre Faturamento.....	R\$ 3.850,00
Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana.....	R\$ 2.125,00
ICMS sobre vendas.....	R\$ 11.295,00
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa.....	R\$ 1.945,00
Faturamento Bruto de Vendas de Produtos.....	R\$ 45.090,00
INSS / FGTS.....	R\$ 8.660,00
Vendas Canceladas.....	R\$ 2.320,00
Descontos Financeiros Obtidos.....	R\$ 1.105,00
IRPJ Corrente.....	R\$ 2.125,00
PIS sobre a Folha de Pagamentos.....	R\$ 975,00
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras.....	R\$ 390,00
IPI sobre o Faturamento.....	R\$ 4.215,00
Comissões sobre Vendas.....	R\$ 2.770,00
CSLL Corrente.....	R\$ 1.435,00
Descontos Incondicionais Concedidos.....	R\$ 1.200,00

Com base nos dados anteriores, assinale a alternativa que representa corretamente a Receita Líquida de Vendas da citada Cia. em 2021.

- a) R\$ 17.495,00
- b) R\$ 19.440,00
- c) R\$ 20.265,00
- d) R\$ 21.235,00
- e) R\$ 22.210,00

68. A companhia MAVIFOR possuía um imóvel registrado no imobilizado com valor contábil, em 31/12/22, de R\$ 100.000,00. Referido imóvel havia sido reavaliado, razão pela qual a empresa tinha um saldo em reserva de reavaliação de R\$ 5.000,00. Em 01/01/23, a companhia tira o imóvel de uso e destina para valorização de capital, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, era de R\$ 93.000,00. O registro contábil da mudança de uso para valorização:

- a) não afetará o valor do PL
- b) diminuirá o resultado em R\$ 7.000,00

- c) diminuirá o resultado em R\$ 5.000,00
- d) diminuirá o PL em R\$ 7.000,00
- e) diminuirá o valor do PL em R\$ 2.000,00

69. Uma sociedade empresária apresentou as seguintes informações relativas ao exercício social de 2021:

- O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 18.500,00;
- A Despesa com Depreciação, no exercício, foi de R\$ 1.300,00;
- Os valores totais das variações ocorridas nas contas do Ativo Circulante e Passivo Circulante foram:
- Duplicatas a Receber: aumento de R\$ 7.000,00;
- Estoques de Mercadoria para Revenda: diminuição de R\$ 9.000,00;
- Fornecedores: aumento de R\$ 5.000,00; e,
- Outras Obrigações a Pagar: diminuição de R\$ 1.500,00;
- Recebimento do valor de R\$ 2.000,00 referente à venda de item do Imobilizado, sem ganho ou perda de capital na operação; e,
- Pagamento do valor de R\$ 20.000,00 relativo à parcela de Financiamento realizado em 2019.

Considerando as informações apresentadas e o disposto na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, é correto afirmar que a Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 evidenciará uma Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa de:

- a) (R\$ 3.700,00).
- b) R\$ 3.300,00.
- c) R\$ 7.300,00.
- d) R\$ 25.300,00.
- e) R\$ 47.300,00.

70. O contador de uma Sociedade Empresarial deverá elaborar a Demonstração do Valor Adicionado para o exercício de X1, com base nas seguintes informações:

1. Aquisição à vista de mercadoria no valor de R\$ 2.000,00 com incidência de ICMS calculado à alíquota de 18%;
2. Receita de vendas de mercadorias por R\$ 6.000,00, destacando-se o ICMS (alíquota de 18%);
3. Despesas com pessoal no valor de R\$ 200,00, sendo R\$ 20,00 de contribuições devidas ao INSS;
4. Despesas administrativas que correspondem ao consumo de energia elétrica no valor de R\$ 150,00;
5. Venda de um veículo por R\$ 600,00, cujo custo de aquisição foi de R\$ 500,00 e já estava depreciado em R\$ 150,00;
6. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados à alíquota de 10% sobre o Lucro Líquido; e,
7. O lucro foi distribuído da seguinte forma: 50% com lucros retidos e 50% com juros sobre o capital próprio e dividendos.

- d) O Valor Adicionado distribuído com Juros s/ Capital Próprio e Dividendos e Lucros Retidos é de R\$ 5.100,00.
- e) O Valor Adicionado recebido em Transferência é de R\$ 150,00.

Demonstração do Resultado do Exercício	
RECEITA BRUTA	6.000,00
(-) ICMS	(1.080,00)
(=) VENDAS LÍQUIDAS	4.920,00
(-) Custo das mercadorias vendidas	(820,00)
(=) LUCRO BRUTO	4.100,00
(-) Despesas operacionais	-
Salários e encargos	(200,00)
Administrativas	(150,00)
LUCRO NA VENDA DE IMOBILIZADO	250,00
(=) Lucro antes do IR/CS	4.000,00
(-) IR/CS (10%)	(400,00)
(=) LUCRO LÍQUIDO	3.600,00

De acordo com as informações, é correto afirmar que:

- a) O Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade é de R\$ 5.430,00.
- b) O Valor Adicionado distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições é de R\$ 1.480,00.
- c) O Valor Adicionado Bruto é de R\$ 5.100,00.

71. Uma empresa do ramo comercial apresentou, no mês de dezembro/2021, os seguintes fatos econômicos:

I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R\$ 40.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e também à alíquota interna de 15%.

II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R\$ 4.000,00.

III. Como parte da venda foi efetuada a longo prazo, houve contabilização de ajuste a valor presente do crédito a receber, no valor de R\$ 3.500,00, indedutível para fins tributários.

IV. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.

V. A referida empresa é optante pelo regime de tributação do IRPJ com base no lucro presumido e adota o regime de competência para fins de incidência da Contribuição para o PIS e para COFINS.

Informações adicionais:

- As alíquotas cumulativas da Contribuição para o PIS e para COFINS, de acordo com o Art. 124 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 são, respectivamente, de 0,65% e de 3%; e,
- O valor do ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

- a) R\$ 15.025,85
- b) R\$ 15.778,18
- c) R\$ 25.983,10
- d) R\$ 19.164,02
- e) R\$ 16.889,02

72. Uma máquina tem vida útil de oito anos, desde que seja trocado seu motor ao final do quarto ano, motor esse de valor relevante. Distribuição do custo da máquina toda a ser feita na aquisição:

- Máquina, exceto motor: R\$ 24.000.000,00
- Motor: 8.000.000,00
- Imobilizado total: 32.000.000,00

O valor contábil do imobilizado ao final do quarto ano será:

- a) R\$ 12.000.000,00
- b) R\$ 8.000.000,00
- c) R\$ 24.000.000,00
- d) R\$ 21.000.000,00
- e) R\$ 9.000.000,00

ECONOMIA

Amanda Aires

73. A poluição é uma externalidade negativa que prejudica a eficiência econômica. Para limitá-la, os países têm recorrido a três tipos de medidas: o padrão de emissão de poluentes (um limite legal que a empresa está autorizada a emitir que, se ultrapassado, tem como consequência multas elevadas), as taxas de emissão de poluentes, tributo cobrado sobre cada unidade de poluente emitido pela empresa e as licenças para emissão de poluentes. Comparando-se as medidas, é correto afirmar:

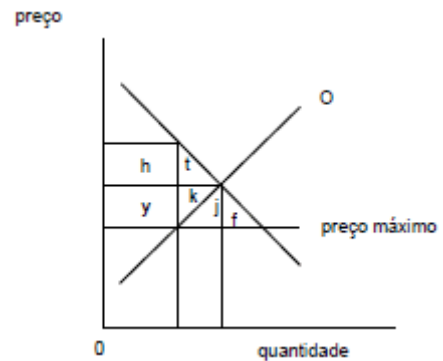
- a) Os padrões oferecem maior grau de incerteza em relação aos custos de produção dos bens que provocam a poluição.
- b) As licenças oferecem maior grau de certeza a respeito do nível de emissão de poluentes.
- c) Os padrões são uma medida preferível às licenças para a emissão quando, tudo o mais constante, a curva de custo marginal social for pouco inclinada.
- d) As taxas são preferíveis às licenças quando a curva do custo de redução de poluentes é muito inclinada.
- e) A adoção de qualquer uma das medidas não implica um benefício social maior em relação à situação em que o governo não interfere no mercado.

74. Uma firma, ao produzir determinado bem, emite poluentes que prejudicam a produção de outras empresas. Caso a livre negociação entre as partes não seja capaz de garantir que o nível de emissão de poluentes seja eficiente, o governo pode induzi-la a produzir a quantidade socialmente ótima, impondo um imposto denominado:

- a) imposto Walrasiano.
- b) imposto Pigouviano.
- c) imposto de renda.
- d) imposto keynesiano.

e) imposto Smithiano.

75. O gráfico a seguir representa um mercado perfeitamente competitivo. Uma intervenção governamental estipulou um preço máximo para a mercadoria, modificando os excedentes do consumidor e do produtor nesse mercado.



Dado esse contexto, avalie as proposições a seguir:

- I. As áreas assinaladas pelas letras h e t representam a perda de excedente do consumidor.
- II. As áreas assinaladas pelas letras y e k representam a perda de excedente do produtor.
- III. As áreas assinaladas pelas letras y, k, j e f representam a perda de excedente do produtor.
- IV. Apenas a área assinalada pela letra y representa a perda do excedente do produtor.

Está (ão) CORRETA (S):

- a) Apenas as afirmações dos itens I e II.
- b) Apenas as afirmações dos itens II e IV.
- c) Apenas as afirmações dos itens III e IV.
- d) Apenas as afirmações dos itens I e IV.
- e) As afirmações I, II, e IV estão corretas

76. Analise as possíveis características de um certo bem.

I - O público em geral tem acesso a ele.

II – É impossível excluir uma pessoa do seu consumo.

III - Ele é produzido por uma empresa do setor público.

IV – O custo marginal de produção desse bem é nulo.

V - Traz benefícios para o público em geral.

Para ser considerado um bem público, deve atender APENAS às características

a) I e II.

b) I e V.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e V.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

77. Ao descontar em um banco, 2 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 28.500,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 24.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

a) R\$ 20.000,00

b) R\$ 21.000,00

c) R\$ 22.000,00

d) R\$ 22.200,00

e) R\$ 22.500,00

78. Uma dívida decorrente de um empréstimo deverá ser liquidada por meio de 120 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data do empréstimo. Considerando que foi utilizado o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de 2% ao mês, verifica-se que o valor da última prestação é igual a R\$ 1.275,00. A prestação da 50ª prestação, é

a) R\$ 3.100,00

b) R\$ 3.050,00

c) R\$ 3.025,00

d) R\$ 3.000,00

e) R\$ 3.075,00

79. Um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 17.468,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

a) $81\% \leq S < 82\%$

b) $80\% \leq S < 81\%$

c) $79\% \leq S < 80\%$

d) $78\% \leq S < 79\%$

e) $77\% \leq S < 78\%$

80. Uma programação de investimento consiste na realização de três depósitos consecutivos de valores iguais efetuados no início de cada ano. O resgate dos respectivos montantes será feito de uma só vez, três anos após a data do primeiro depósito. Considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, e sabendo-se que a soma dos montantes no ato do resgate foi igual a R\$ 43.692,00, conclui-se que o valor de cada depósito é igual a

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 10.500,00
- c) R\$ 11.000,00
- d) R\$ 11.500,00
- e) R\$ 12.000,00

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torres

81. São características da jurisdição, exceto:

- a) imparcialidade.
- b) definitividade.
- c) regular contraditório.
- d) indeclinabilidade.
- e) delegabilidade.

82. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei por expressa determinação legal. Dessa forma, os participantes da relação processual devem realizar suas manifestações observando um determinado lapso temporal. Sobre esse tema e com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- a) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- b) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos com base na equidade.

- c) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa ou tácita.
- d) Não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- e) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

83. Sobre as normas fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida e isso se aplica quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) Salvo nos casos previstos em lei e nas hipóteses em que o Estado não for incitado, é permitida a arbitragem e a solução consensual dos conflitos será medida excepcional a ser adotada.
- d) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- e) A exigência de comportamento com boa-fé, do Código de Processo Civil, aplica-se somente às partes.

84. A lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92) determina que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza que tenham sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Nesse contexto, de acordo com as alterações feitas pela lei 14.230 de 2021, o agente público que se recusar a prestar tal declaração dos bens dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- a) será apenado com a pena de advertência;
- b) será apenado com a pena de demissão;
- c) será apenado com a pena de suspensão;
- d) terá seus vencimentos suspensos por até 60 dias;
- e) terá seus vencimentos suspensos até apresentar o documento.

85. Sobre a competência e os atos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- b) O foro de domicílio do inventariante é o competente para o inventário e o arrolamento do autor da herança, quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- d) No mandado de segurança, os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença.
- e) A execução fiscal poderá ser proposta no foro de domicílio do réu, ou no de sua residência.

86. Sobre a aplicação das normas fundamentais e processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- b) A norma processual poderá retroagir em casos específicos e não será aplicável aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados sob lei anterior e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- c) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) A vedação de decisões surpresas encontra exceções nos casos de exame de tutela provisória de urgência e em hipóteses de apreciação de tutela de evidência.

87. A respeito da aplicação das normas processuais, assinale a alternativa correta.

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, salvo a atividade satisfativa.
- b) De acordo com o princípio da inafastabilidade de jurisdição, não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- c) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, sem exceções.
- d) É vedada a arbitragem.
- e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, salvo no curso do processo judicial.

88. Em relação aos temas jurisdição e ação, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade
- b) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito
- c) O interesse do autor não pode se limitar à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico
- e) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial

DIREITO CIVIL II

Mário Godoy

89. Juliana e Pedro são irmãos e estão viajando de férias para as Maldivas. No entanto, durante o trajeto, o avião que os levava explodiu. Encerradas as buscas e averiguações, não foram localizados os cadáveres dos passageiros.

Sobre a situação descrita, de acordo com o Código Civil:

- a) Presume-se que o mais jovem dos irmãos morreu primeiro.
- b) Presume-se que o mais velho dos irmãos morreu primeiro.
- c) Juliana e Pedro presumem-se simultaneamente mortos.
- d) A decretação da morte presumida de Juliana e Pedro pressupõe a prévia declaração de ausência.
- e) Sem que tenham sido localizados os cadáveres, não é possível reconhecer judicialmente a morte de Juliana e Pedro.

90. Andressa vendeu um faqueiro para sua amiga, Roberta, garantindo-lhe ser de prata, mesmo sabendo que não o era. Dois anos após a compra, Roberta percebeu que os talheres começaram a escurecer e a se dobrar com facilidade, constatando, assim, que não eram de prata.

Nesse caso, de acordo com o Código Civil:

- a) O negócio pode ser anulado por erro quanto à qualidade essencial do objeto.
- b) O negócio pode ser anulado por dolo.
- c) O negócio pode ser anulado por lesão.
- d) O prazo decadencial para promover a anulação inicia-se da descoberta do vício.
- e) Já se consumou a decadência para pleitear a anulação por defeito do negócio jurídico.

91. Marcia apresentou sua mansão a Pedro que, fascinado com a sala principal, ornada com um tapete persa, uma adega com vinhos importados e piso de mármore travertino, ofereceu pelo imóvel o valor de R\$ 5 milhões. Maria aceitou vender sua mansão a Pedro, porém o contrato foi omissivo quanto aos bens que acompanhariam a transferência da propriedade.

Não havendo acordo, Pedro receberá:

- a) apenas a mansão, podendo Maria retirar o tapete, a adega e o piso.
- b) A mansão com todos os acessórios que a guarnecem, incluindo-se o tapete, a adega e o piso.
- c) A mansão tapete e o piso, qualificados como benfeitorias voluptuárias, mas não a adega.
- d) A mansão com o piso, qualificado como parte integrante.
- e) A mansão com o piso e a adega, embora se obrigue a restituir o equivalente em gênero, qualidade e quantidade dos vinhos.

92. João, aos oito anos de idade, foi vítima de um atropelamento culposo provocado por Lucas, passando a sofrer sequelas permanentes. Dez anos se passaram, sem que fosse proposta qualquer ação contra Lucas. Poucos dias após completar 19 anos de idade, João constituiu advogado para mover contra Lucas uma ação de reparação civil.

Quanto à pretensão de João, é correto afirmar:

- a) o prazo prescricional é de cinco anos, iniciando-se a partir da maioridade.
- b) o prazo prescricional é de três anos, iniciando-se a partir da maioridade.
- c) não corre prescrição contra os incapazes de que trata o Código Civil.
- d) A prescrição, no caso, já está consumada.
- e) A incapacidade absoluta opera como causa suspensiva da prescrição

93. Antonio casou-se com Ana pelo regime da comunhão universal de bens. Do casamento resultaram três filhos, Mario, Mauro e Joaquim. Mario é pai de Paulo e Pedro. Mauro é pai de Rubens, Roberto e Rogerio. Joaquim é pai de Iris e Irene. Recentemente, Mario e Mauro morreram em virtude de acidente automobilístico. Muito triste com a perda dos filhos, Antonio veio a se suicidar dois dias depois, deixando um imóvel avaliado em R\$ 900 mil, no qual morava com sua esposa.

Com relação à sucessão hereditária de Antonio, assinale a alternativa correta.

- a) Ana é herdeira de R\$ 450 mil.
- b) Todos os netos de Antonio irão herdar por cabeça.
- c) Ana tem direito à meação, ao passo que o filho, Joaquim, e os netos, Paulo, Pedro, Rubens, Roberto e Rogerio terão direito de herança.
- d) Paulo, Pedro, Rubens, Roberto e Rogerio sucedem por cabeça.
- e) Após consumada a partilha e distribuídos os quinhões, Ana não poderá continuar a morar no imóvel.

DIREITO EMPRESARIAL II

Cadu carilho

94. No desenvolvimento da atividade empresarial, nota-se que o empresário não consegue fazer tudo sozinho, para tanto contrata outras pessoas para prestar-lhe serviços. Esse contrato pode ser feito por meio de contrato de trabalho ou de prestação de serviço. Esses são chamados de prepostos, a respeito desse instituto jurídico, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) O preposto pode fazer-se substituir no desempenho da preposição, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
- b) O preposto, salvo autorização expressa, não pode negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, sob pena de responder perdendo o emprego ou rescindindo o contrato de serviço.
- c) Considera-se perfeita a entrega de papéis, bens ou valores ao preposto, encarregado pelo preponente, se os recebeu ainda que sob protesto, salvo nos casos em que haja prazo para reclamação.
- d) Considera-se gerente o preposto permanente ou em épocas específicas no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.
- e) O gerente pode estar em juízo em nome do preponente, pelas obrigações resultantes do exercício da sua função.

95. Sobre as operações societárias previstas na lei, marque a opção que não está de acordo com a lei:

- a) O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
- b) A transformação depende do consentimento da maioria absoluta dos sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social, o disposto na lei.
- c) A transformação não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores, sendo que a falência da sociedade transformada somente produzirá efeitos em relação aos sócios que, no tipo anterior, a eles estariam sujeitos, se o pedirem os titulares de créditos anteriores à transformação, e somente a estes beneficiará.
- d) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- e) A deliberação dos sócios da sociedade incorporada deverá aprovar as bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo.

96. Sobre o nome empresarial, analise alternativas abaixo e marque a que está correta:

- a) Considera-se nome empresarial a firma, a razão social ou a denominação adotada, de conformidade a lei, para o exercício de empresa, equiparando-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.
- b) O empresário opera sob firma individual ou social, desde que constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- c) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou "Companhia" ou a sua abreviatura.
- d) Sobre o nome empresarial da sociedade limitada a lei diz que a firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social, enquanto a denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios, sendo que omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios da sociedade.
- e) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social.

97. A lei 6.404 de 1976 prevê a possibilidade de uma companhia instituir o chamado voto plural, sobre esse tema, analise os itens abaixo e depois marque a alternativa que contenha os itens que estão corretos de acordo com a lei:

I - A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembleia-geral e não se pode estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista.

II - É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a dez votos por ação ordinária tanto na companhia fechada como na companhia aberta.

III - A criação de classe de ações ordinárias com atribuição do voto plural depende do voto favorável de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e metade, no mínimo, das ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, se emitidas, reunidas em assembleia especial convocada e instalada com as formalidades da lei.

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I e II.
- e) Nenhum.

98. Sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica previsto no Código Civil e em outras legislações, marque a opção correta:

- a) Em função da recente criação do tema, não há, ainda, jurisprudência a respeito da desconsideração nos tribunais brasileiros.
- b) A desconsideração é aplicada em caso de abuso de personalidade caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- c) A desconsideração pode ser aplicada pelo juiz, a pedido das partes, do Ministério Público, ou de ofício, tendo em vista as recentes mudanças promovidas na legislação processual em vigor.

d) A desconsideração configura o fim da sociedade por meio do processo de liquidação e extinção a ser devidamente registrado.

e) Apenas os sócios podem ser atingidos pela desconsideração, já que os administradores, em regra, não respondem pelos atos regulares de gestão.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha

99. O processo administrativo, propriamente dito, tem seu início, de acordo com a legislação mineira sobre o processo tributário administrativo, com:

- a) a lavratura de auto de infração.
- b) o envio de intimação ao sujeito passivo, via postal.
- c) a apresentação de reclamação pelo sujeito passivo.
- d) o cruzamento eletrônico de dados.
- e) a lavratura e auto de apreensão e depósito.

100. O princípio que determina que a autoridade competente deve promover, de ofício, a instauração do processo, quando este não depender de provocação do sujeito passivo é o:

- a) da legalidade.
- b) da celeridade.
- c) da oficialidade.
- d) da revisibilidade.
- e) do livre convencimento do julgador.

101. A eficácia da medida cautelar fiscal não cessa, caso:

- a) a Fazenda Pública não propuser a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 60 dias.
- b) não seja executada dentro de 30 dias.
- c) seja julgada extinta a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- d) o requerido promova a quitação do débito que está sendo executado.
- e) o requerido requeira o parcelamento do débito que está sendo executado.

102. Para a concessão da medida cautelar fiscal é essencial:

- a) que a ação de execução fiscal já tenha sido proposta.
- b) prova literal da constituição do crédito fiscal.
- c) que seja provado, por qualquer meio, que o devedor esteja caindo em insolvência, alienando ou tentando alienar bens, dentre outras situações previstas em lei.
- d) que se trate de inadimplência relativa a crédito tributário.
- e) que se trate de inadimplência relativa a crédito não tributário.

103. Em se tratando de medida cautelar fiscal, o requerido será citado para, no prazo de _____, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir:

- a) 5 dias, contados da citação do devedor.
- b) 5 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação do devedor, devidamente cumprido.
- c) 15 dias, contados da citação do devedor.
- d) 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação do devedor, devidamente cumprido.
- e) 30 dias, contados da citação do devedor.

104. A autoridade judicial deverá proferir decisão _____, necessariamente, no prazo de _____, após conclusos os autos:

- a) após juntado o parecer do representante do Ministério Público / 30 dias.
- b) com ou sem o parecer do representante do Ministério Público / 30 dias.
- c) após juntado o parecer do representante do Ministério Público / 15 dias.
- d) com ou sem o parecer do representante do Ministério Público / 15 dias.
- e) após juntado o parecer do representante do Ministério Público / 60 dias.

105. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo:

- a) habeas data.
- b) habeas corpus.
- c) mandado de injunção.
- d) ação anulatória.
- e) ação de repetição de indébito.

106. No processo de execução fiscal, recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de _____, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento:

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

107. A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

- a) Apenas antes de findo o leilão.
- b) Apenas com o fim do leilão, desde que haja licitantes.
- c) Antes do fim do leilão, pelo preço de avaliação, caso a execução não seja embargada ou caso sejam rejeitados os embargos.
- d) Antes ou após o fim do leilão, desde que pelo preço da avaliação.
- e) Após o fim do leilão, desde que pela melhor oferta.

108. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados pelo prazo:

- a) decadencial dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- b) de 2 anos, contados da ocorrência do fato gerador das operações a que se refiram
- c) de 5 anos, contados da ocorrência do fato gerador das operações a que se refiram
- d) de 10 anos, contados da ocorrência do fato gerador das operações a que se refiram
- e) prescricional dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Eduardo da Rocha

109. De acordo com a LC 24/75, os convênios definirão condições gerais para se conceder, unilateralmente,

- a) redução de base de cálculo, isenção e créditos presumidos.
- b) redução de base de cálculo, isenção e devolução parcial do ICMS ao contribuinte.
- c) redução de base de cálculo, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do

prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias

- d) isenção, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias
- e) anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

110. De acordo com a lei complementar 24/75, assinale a alternativa incorreta.

- a) As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.
- b) Dentro de 10 dias, contados da data final da reunião do CONFAZ, a resolução nela adotada será publicada no Diário Oficial da União.
- c) Dentro do prazo de 15 dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no referido prazo.
- d) Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, exceto as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.
- e) É vedado aos Municípios, concederem qualquer benefício fiscal de ICMS no que se refere à sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

111. De acordo com a LC 87/96, assinale a alternativa correta.

- a) não incide ICMS no fornecimento de alimentação e bebida em bares e restaurantes.
- b) a caracterização do fato gerador depende da natureza jurídica da operação que o constitua.
- c) incide ICMS sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, desde que seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- d) O ICMS não incide sobre operações de arrendamento mercantil, compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- e) O imposto não incide sobre serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

112. De acordo com a Lei Kandir (LC 87/96), julgue os itens a seguir.

- I. É contribuinte do ICMS nas operações ou prestações que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final domiciliado ou estabelecido em outro Estado, em relação à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual, o destinatário da mercadoria, bem ou serviço, na hipótese de contribuinte do imposto.
- II. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento do remetente, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal.
- III. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou assemelhados com que o serviço é pago.

É(são) correto(s), apenas:

- a) Nenhum item.

- b) I e II.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

113. A lei Kandir foi recentemente alterada pela LC 190/22. Dentre as alterações, a lei tratou de definir contribuintes em operações interestaduais no que tange ao diferencial de alíquotas (DIFAL). Sobre o tema, assinale a opção correta.

- a) É contribuinte em relação ao DIFAL, o destinatário de mercadoria na hipótese de ser não contribuinte regular do imposto.
- b) É contribuinte em relação ao DIFAL, o remetente de mercadoria na hipótese de ser contribuinte regular do imposto.
- c) É contribuinte em relação ao DIFAL, o destinatário de mercadoria na hipótese de ser contribuinte regular do imposto.
- d) É contribuinte em relação ao DIFAL, o remetente de mercadoria na hipótese de ser o destinatário contribuinte regular do imposto.
- e) É contribuinte em relação ao DIFAL, o prestador de serviço na hipótese de o destinatário ser contribuinte regular do imposto.

114. Sr. Dimulé, morador de Minas Gerais, adquiriu uma passagem rodoviária para ir do Amapá a Pernambuco, não estando a prestação vinculada a prestações subsequentes. Sabendo que havia documento fiscal para a prestação, nesse caso,

- a) O ICMS é devido ao Estado do Amapá, sob alíquota interna.
- b) O ICMS é devido ao Estado do Amapá, sob alíquota interestadual, sendo devido o DIFAL ao Estado de Pernambuco.
- c) O ICMS é devido ao Estado de Pernambuco, sob alíquota interna.
- d) O destinatário do serviço considerar-se-á localizado no Estado de Pernambuco.
- e) Por não haver prestação subsequente, cabe DIFAL ao Estado pernambucano.

115. Algumas entidades e pessoas naturais, devidamente registrados no órgão competente, podem usufruir do tratamento favorecido e diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Assinale a opção que apresenta algumas dessas entidades e pessoas naturais.

- a) Cooperativas de produção, empresários individuais e sociedades do tipo limitada.
- b) Sociedades do tipo limitada, sociedades do tipo simples e sociedades por ações.
- c) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sociedades do tipo simples e sociedades do tipo limitada.
- d) Cooperativas habitacionais, empresários individuais e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- e) Empresários individuais, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e sociedades por ações.

116. Com relação à Lei Complementar 192/22, analise os itens:

- I. São contribuintes do ICMS monofásico o produtor e aqueles que lhe sejam equiparados, sendo o importador dos combustíveis substituto tributário.
- II. Os incentivos fiscais sobre as operações com os combustíveis sujeitos à monofasia, não precisam se submeter às regras de concessão impostas pela Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.
- III. Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da saída dos combustíveis de estabelecimento do contribuinte.

É(são) correto(s), apenas:

- a) Nenhum item.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

117. No que tange à base de cálculo do ICMS na importação, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. O preço expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto sobre a importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação cambial até o pagamento efetivo do preço.
 - II. As despesas aduaneiras e as contribuições integram a base de cálculo do ICMS na importação.
 - III. O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do Imposto sobre a Importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.
- a) I, II e III estão corretos.
 - b) II e III estão corretos, apenas.
 - c) I e III estão corretos, apenas.
 - d) I está correto, apenas.
 - e) II está correto, apenas.

118. Tendo como base a lei Kandir, no que tange ao tema “ausência do valor da operação e da prestação”, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. A base de cálculo será o preço corrente da mercadoria, ou de seu similar, no mercado atacadista regional ou, na sua falta, no mercado atacadista do local da operação, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia.
- II. A base de cálculo será o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente, caso o estabelecimento seja industrial.
- III. Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço no local da prestação.

Estão corretos:

- a) I, II, III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

119. Tendo como base a lei Kandir, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. A base de cálculo para fins de substituição tributária em relação às operações antecedentes pode ser o valor da operação própria adicionado de seguro, frete e outros encargos mais uma margem de valor agregado.
- II. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais independe de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.
- III. A margem de valor agregado será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços

coletados, devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

Estão corretos:

- a) I, II, III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) III, apenas.

120. Tendo como base a lei Kandir, a restituição do valor pago por força de substituição tributária

- a) é assegurada ao contribuinte substituído, somente caso o fato gerador não se realizar.
- b) é assegurada ao contribuinte substituto, somente caso o fato gerador não se realizar.
- c) é assegurada ao contribuinte substituído, caso o fato gerador não se realizar ou quando se realizar por uma base inferior à presumida.
- d) é assegurada ao contribuinte substituto, caso o fato gerador não se realizar ou quando se realizar por uma base inferior à presumida.
- e) não é permitida devido à definitividade da base de cálculo.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DE MG

Rafael Rocha e Eduardo da Rocha

121. João, casado com Maria, falece e deixa 2 bens imóveis em MG e 2 veículos no ES. O inventário foi processado extrajudicialmente em SC. O casal possui 4 filhos: João, José, Pedro e Paulo, todos domiciliados em GO. Nesse caso, sabendo-se que todos os bens são comuns do casal, pode-se afirmar que, em relação ao ITCD devido a MG:

- a) Há 2 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- b) Há 3 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- c) Há 4 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- d) Há 8 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- e) Há 16 fatos geradores do ITCD causa mortis.

122. Do indeferimento do pedido de restituição cabe _____ ao _____ no prazo de _____:

- a) Pedido de Reconsideração / Conselho de Contribuintes / 30 dias.
- b) Impugnação / Conselho de Contribuintes / 30 dias.
- c) Recurso / SEFAZ / 10 dias.
- d) Recurso / Conselho de Contribuintes / 30 dias.
- e) Ação anulatória / SEFAZ / 2 anos.

123. Dá início à ação fiscal:

- a) A apresentação de impugnação pelo sujeito passivo.
- b) O cruzamento eletrônico de dados.
- c) O monitoramento.
- d) O exploratório.
- e) A lavratura de auto de apreensão e depósito.

124. No que tange à restituição do ICMS devido por substituição tributária, analise as afirmativas e assinale a opção correta.

I. O estabelecimento que receber mercadoria sujeita a substituição tributária poderá ser restituído do valor do imposto pago, quando com a mercadoria ocorrer saída para outra unidade da Federação, inclusive quando promovida por microempresa ou empresa de pequeno porte quando destinada a consumidor final não contribuinte.

II. O valor a ser restituído, quando o fato gerador presumido não se realizar, corresponderá ao valor do imposto retido, no caso em que o contribuinte tenha adquirido a mercadoria submetida ao regime de substituição tributária diretamente daquele que efetuou a retenção.

III. Nos casos em que o fato gerador se realizar por um valor inferior ao da base de cálculo presumida do ICMS ST, o contribuinte que houver praticado a operação interna de circulação da mercadoria a consumidor final fará jus à restituição.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.

- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.

- c) Todos os itens estão corretos.

- d) Está correto o item I, apenas.

- e) Está correto o item III, apenas.

125. De acordo com o Anexo IX do RICMS-MG, o ICMS não incide quando a empresa de construção civil promover

- a) a saída de material, inclusive sobra e resíduo de obra executada ou de demolição, quando destinado a terceiro.

- b) o fornecimento de material adquirido de terceiros, quando efetuado em decorrência de contrato de empreitada ou de subempreitada.

- c) a saída, de seu estabelecimento, de material de produção própria, produzido fora do local da prestação do serviço, inclusive de casas e edificações pré-fabricadas.

- d) a entrada no estabelecimento de mercadoria ou bem, ou a utilização de serviços, sujeitas ao diferencial de alíquotas.

- e) a entrada de mercadoria importada do exterior.

126. No que tange ao ICMS na legislação tributária de Minas Gerais, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. A isenção para operação com determinada mercadoria não alcança a prestação de serviço de transporte com ela relacionada, salvo disposição em contrário.

II. Considera-se comercializada em território mineiro a mercadoria objeto de operação interestadual iniciada ou em trânsito em Minas Gerais e sujeita ao controle interestadual de mercadorias em trânsito, quando não ocorrido o registro de sua saída de Minas Gerais.

III. Não incide ICMS na operação com livro, jornal ou periódico, insumos para a sua impressão, impressos em papel ou apresentados em mídia eletrônica, com o papel destinado a sua impressão ou com os aparelhos leitores de livros eletrônicos (e-readers) confeccionados exclusivamente para esse fim.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

127. De acordo com o RICMS-MG, assinale a opção incorreta.

- a) Considera-se autônoma a área, em Minas Gerais, de imóvel rural que se estenda a outro Estado.
- b) O domicílio indicado pelo sujeito passivo poderá ser recusado.
- c) Quando o comércio ambulante for exercido em conexão com estabelecimento fixo do contribuinte, o veículo transportador será considerado dependência desse estabelecimento, e as obrigações tributárias que a legislação atribuir ao veículo transportador serão de responsabilidade do respectivo estabelecimento.
- d) Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou encontrada a mercadoria, ou o local onde tenha sido prestado o serviço bem ou constatada a sua prestação.
- e) A alíquota interna nas operações com medicamentos genéricos é de 18%.

128. No que tange ao IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Tratando-se de veículo novo ou usado, será considerado como base de cálculo o valor constante no documento fiscal referente à transmissão da propriedade ao consumidor.
 - II. É isenta do IPVA a propriedade de veículo automotor de templo de qualquer culto.
 - III. A propriedade do veículo somente poderá ser transferida após o pagamento integral do imposto devido.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Todos os itens estão incorretos.
 - d) Está correto o item I, apenas.
 - e) Está correto o item III, apenas.

129. De acordo com a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. O contribuinte estabelecido em Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que apure o imposto pelo regime de débito e crédito e que esteja em situação de total adimplência com a Fazenda Pública Estadual, com todos os seus débitos relativos a tributos de competência do Estado quitados, incluídas as obrigações relativas a multas, juros e outros acréscimos legais, fará jus a desconto sobre o saldo devedor do ICMS a título de operação própria.

II. A denúncia espontânea não interrompe a fruição do desconto por incentivo à pontualidade previsto no RICMS-MG, desde que instruída com a comprovação do recolhimento integral à vista ou do cumprimento pontual do parcelamento do imposto.

III. O valor do saldo credor do imposto eventualmente existente, no caso de encerramento das atividades do estabelecimento, será objeto de restituição.

- a) Somente o item II está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

130. De acordo com a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta no que tange ao creditamento do ICMS.

I. Veda-se o creditamento de ICMS correspondente à aquisição de embalagem adquiridas para comercialização.

II. Tendo havido mais de uma aquisição ou recebimento e sendo impossível estabelecer correspondência entre estes e a mercadoria cujo crédito deva ser estornado, o montante a estornar será calculado pela aplicação da alíquota vigente à data do estorno sobre o valor da aquisição ou recebimento mais recente.

III. Ocorrendo desistência relativa à prestação de serviço de transporte de passageiro, o valor do imposto poderá ser apropriado como crédito, desde que o Bilhete de Passagem contenha a identificação do usuário desistente.

- a) Somente o item II está correto.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

PREENCHA SEU GABARITO!

Utilize o link abaixo para preencher suas respostas e participar do ranking!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-MG-Tributacao-02-01>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
